

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 63ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

Grupo de Trabalho:	GT-Mananciais da CT-RN e CT-Rural
Reunião:	63ª Reunião
Data:	08/07/2022 – 9h às 12h
Local:	Videoconferência – Google Meet: meet.google.com/dwu-fcxw-qoc
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foi apresentada a proposta de estudo para avaliação do impacto gerado pela infraestrutura verde na macrodrenagem, organizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da minuta da Memória Técnica da 62ª Reunião, realizada em 10/06/22; 3. Informes: 3.1 Coordenação e membros; 3.2 GT-SAA (retomada das atividades); 4. Planos Municipais de Saneamento Rural - publicação da deliberação; 5. Revisão da Política de Mananciais - atualização das ideias; 6. Planos de Macrodrenagem - discussões com o IPT; 7. Palavra Aberta / Outros Assuntos; 8. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi iniciada pelo coordenador-adjunto do GT-Mananciais, o Sr. Miguel Milinski (AAMHOR), que agradeceu a presença de todos. O Srs. João Demarchi (coordenador da CT-RN) e João Baraldi (coordenador da CT-Rural) agradeceram a presença de todos e desejaram boa reunião. Quanto ao item 2, o Sr. Demarchi informou aos presentes sobre o envio da minuta de Memória Técnica da 62ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 10/06/22, junto com a convocação e abriu a palavra aos presentes para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu a minuta aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Quanto ao item 3, o Sr. Demarchi abriu a palavra aos membros: a) o Sr. Henrique Bellinaso (CATI) justificou a ausência do Sr. Denis Herisson (CATI), coordenador deste GT, que teve uma agenda externa pela CATI e não pôde participar desta reunião; b) o Sr. Henrique informou que o GT-SAA está trabalhando na construção de seu Plano de Trabalho, sendo que duas reuniões já foram realizadas e informou que esse acordo possibilitará a priorização das ações de conservação do solo nas áreas que estão recebendo investimentos da Política de Mananciais das Bacias PCJ e que tiveram realizados os Planos Integrais das Propriedades (PIPs); c) O Sr. Demarchi ressaltou que seria proveitoso a realização de um GT nos mesmos moldes do GT-SAA, mas com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo (SIMA) que atuaria na organização de trabalhos conjuntos da secretaria e Agência PCJ na realização dos objetivos da Política de Mananciais. Informou que uma primeira aproximação foi realizada, mas ainda não foi formalizado. A Sra. Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB) agradeceu por essa informação e disse que levaria para seus superiores visando dar continuidade no processo. Quanto ao item 4, o Sr. Demarchi informou que o processo de construção dos Planos Municipais de Saneamento Rural avançou com a aprovação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/06/2022 na 25ª Reunião Extraordinária da Plenária dos Comitês PCJ. O Sr. Miguel Milinski (AAMHOR) informou que 8 municípios foram indicados para financiamento, sendo 2 municípios (Amparo e Corumbataí) financiados com recursos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH) e 6 municípios (Bragança Paulista, Piracaia, São Pedro, Valinhos, Capivari e Louveira) financiados com recursos da cobrança paulista de recursos hídricos. Agora cada município iniciará o processo licitatório para contratação e será acompanhado pela Coordenação de Projetos da Agência PCJ. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi informou que no processo de atualização da Política de Mananciais das Bacias PCJ, duas propostas estão avançando: i) a proposta de contratação de empresa

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 63ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

	para articulação como Unidade Coordenadora de Execução (UCE) no Programa I para facilitar o processo de inscrição de novos municípios, ingresso de produtores rurais e adequação documental; ii) integração da nova Política de Mananciais com as outras Políticas dos Comitês PCJ, com destaque às Políticas de Saúde Ambiental e de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Após a apresentação, o Sr. Demarchi abriu para considerações sendo solicitada a palavra pelos Srs. Miguel Milinski (AAMHOR) e Petrus Weel (Cooperativas de Holambra/SP), que discutiram sobre a importância e característica da empresa que pode ser contratada para a UCE, articulação em outras instâncias para discussão de coalizão ambiental e Soluções baseadas na Natureza (SbN) e o esclarecimento sobre as Unidades Gestoras do Projeto (UGPs) e UCEs na Política de Mananciais. Quanto ao item 6, o Sr. Demarchi convidou a Sra. Aline Ribeiro (IPT) que apresentou o Guia Metodológico para implantação de infraestrutura verde, publicação do IPT que pretende avaliar o impacto de infraestruturas verdes em controle de erosão e conservação da água nas diversas escalas de atuação, do local ao regional. Apresentou uma proposta metodológica de atuação no projeto, que integra as ações de mapeamento das áreas prioritárias para infraestrutura verde, a identificação de tipologias para as áreas prioritárias, conversa com os projetistas especialistas no estudo de macrodrenagem urbana, a elaboração de modelagem hidrológica preditiva para testar cenários de adoção das tipologias, dimensionamento do impacto da adoção de infraestruturas verdes para regularização de vazão e diminuição da geração de sedimentos e a devolutiva para os projetistas. A proposta está dividida em 7 etapas, com previsão de duração de 18 meses com estimativa de investimento de R\$ 1.750.000,00, construídas a partir da experiência do IPT em trabalhos anteriores e necessidades identificadas pelos técnicos das Bacias PCJ. A proposta é atuar em áreas prioritárias na área rural, devido ao menor custo de oportunidade da terra e para atender a demanda ocorrida nos estudos de macrodrenagem dos Comitês PCJ, dos Rios Jundiá e Capivari. Após a apresentação, o Sr. Demarchi agradeceu a explanação e abriu para considerações onde foi solicitada a palavra pelos Srs. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra/SP), Miguel Milinski (AAMHOR), Roberto Polga (Consórcio Piraí), Claudia Grabher (INEVAT), João Baraldi (SR Rio Claro) e Paulo Mancuso (PM de Hortolândia/SP), que explanaram sobre a participação das áreas rurais na análise do impacto de infraestrutura verde, a possibilidade de comparar os impactos gerados quando analisados o “antes” e o “depois” da intervenção, a adequação da metodologia “Curve Number” como parâmetro para avaliação de drenagem nas características brasileiras, a possibilidade da intervenção na área rural, a identificação das melhores áreas para restauração florestal, pesquisas e estudos já realizados neste tema, método de trabalho de pesquisas e desenvolvimento realizado pelo IPT, avaliação prévia do Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá aprovado pelos Comitês PCJ, escala do projeto, importância da manutenção de áreas permeáveis em residências na área urbana, o cuidado pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (GRAPROHAB) nos processos de autorização de novos loteamentos e a importância do crescimento das cidades com novo formato mais permeável. Após os debates, a Sra. Aline agradeceu as manifestações e informou que encaminharia uma proposta para ser analisada pelos Comitês PCJ de forma a dar o devido encaminhamento no processo. Quanto ao item 7, o Sr. Demarchi questionou sobre demais assuntos: a) o Sr. Miguel Milinski (AAMHOR) convidou a todos para acompanharem o Webinar “O Produtor Rural como Produtor de Água”, que está sendo organizado pela CT-Rural e que acontecerá no dia 21/07/2022 às 13h30 com transmissão na plataforma do Youtube no canal da Agência das Bacias PCJ. Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.
Próxima reunião:	64ª Reunião – 05/08/2022 às 9h.
Observações:	Política de Mananciais dos Comitês PCJ - link Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ - link Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ - link

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 63ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

	Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/06/2022 - link Guia Metodológico para Implantação de Infraestrutura Verde / IPT - link Curve Number da Base Hidrográfica Ottocodificada / ANA - link Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá - link Webinar “O Produtor Rural como Produtor de Água” - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA)
2	Aline Ribeiro (IPT)
3	Claudia Grabher (INEVAT)
4	Cláudia Mira Attanasio (APTA Polo Sul)
5	Felipe Ferreira (Agência das Bacias PCJ)
6	Felipe Requena (Agência das Bacias PCJ)
7	Henrique Bellinaso (CATI)
8	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB)
9	João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA)
10	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro)
11	Luiza Ishikawa Ferreira (Jagatibaia)
12	Mateus de Oliveira Ismael (Agência das Bacias PCJ)
13	Miguel Madalena Milinski (AAMHOR)
14	Paola Mandetta Tokumoto (P.M. de Charqueada)
15	Paulo José Mancuso (P.M de Hortolândia)
16	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra)
17	Renato Cesar Lopes Gomes (AEAAV)
18	Roberto Mario Polga (Consórcio Pirai)
19	Simone Raymundo Oliveira (IZ/APTA)
20	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)
21	Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ)